

RETORNO DOS INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALAGOAS NO ENSINO MÉDIO (2022-2024)

 <https://doi.org/10.56238/arev7n2-027>

Data de submissão: 04/01/2025

Data de publicação: 04/02/2025

Soraya Fernandes da Silva

Doutoranda em Ciências da Educação (UTIC)

Instituto Federal de Alagoas - IFAL

E-mail: soraya.silva@ifal.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4549-9875>

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/8540705969582770>

Josenildo Farias Neto

Doutorando em Ciências da Educação (UTIC)

Instituto Federal de Alagoas - IFAL

E-mail: josenildo.neto@ifal.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8911-2982>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2926585945025491>

Vívia Dayana Gomes dos Santos

Doutoranda em Ciências da Educação (UTIC)

Instituto Federal de Alagoas - IFAL

E-mail: vivia.santos@ifal.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8795-6859>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2740547167333947>

Claudiene dos Santos

Doutoranda em Ciências da Educação (UTIC)

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL/CLIND)

E-mail: claudiene.santos@uneal.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3886-9831>

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/1075071565887758>

Emiliano Torquato Júnior

Doutorando em Ciências da Educação (UTIC)

Instituto Federal de Alagoas

E-mail: emiliano.junior@ifal.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2361-6660>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5598233940062370>

RESUMO

O presente estudo tem como temática a discussão do retorno dos investimentos efetivados no ensino médio durante o período temporal de 2022 a 2024. Como justificativa da escolha do tema, salienta-se a relevância de discutir a implementação de ações afirmativas que apresentam a intencionalidade de diminuir a evasão e alavancar o processo de ensino e de aprendizagem. Dentre elas, destacam-se aqui o Programa Escola 10 e o Programa Professor Mentor. Desta maneira, o objetivo geral desta pesquisa é discorrer sobre como se dá a devolutiva social do investimento na educação básica do ensino médio

de Alagoas. Para tal, ressalta-se que este estudo é descritivo e qualitativo com abordagem não experimental e apresenta como campo de estudo a educação. Em consonância, o exame então realizado, expressa-se como uma pesquisa bibliográfica visto que apresenta um escopo nacional, principalmente estadual, pois o conteúdo em questão é de interesse pleno da sociedade alagoana; porém, pode servir de exemplo para outros estados brasileiros. Portanto, temáticas como disparidades salariais e retornos diferentes para as instituições de ensino perante os investimentos governamentais, o ingresso no ensino médio e superior para os alunos de baixa renda, o papel do docente e os diferentes retornos dos investimentos na educação são aqui discutidos. Sob tais aspectos, os resultados mostram que a disparidade salarial entre docentes é um problema crônico no Brasil. Em Alagoas, o salário inicial de um docente é de R\$5.501,43, enquanto no Mato Grosso do Sul é de R\$12.380,66 (dados obtidos em janeiro de 2025). Assim sendo, percebe-se uma discrepância muito grande nos resultados que Alagoas tem demonstrado no ranking nacional e o salário dos docentes desta rede. Ou seja, há uma grandeza inversamente proporcional nessa tratativa. Todavia, a pesquisa conclui que os investimentos governamentais na educação básica podem ter diferentes empregos e retornos. Fatores como gestão participativa e empática, infraestrutura, materiais didáticos e vontade política também são relevantes para a melhoria nos resultados educacionais. Em consonância, a oportunidade de ingresso no ensino médio e superior é crucial para alunos de baixa renda e é com esta perspectiva que o estado de Alagoas investe em programas educacionais, como o incentivo ao pagamento de uma bolsa de conclusão para alunos que realizem a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); no entanto, vale salientar que apesar dos investimentos realizados, faz-se necessário, promover-se novas demonstrações como a promoção de conforto térmico, a valorização dos trabalhadores da educação e a exigência de comprovação do desenvolvimento da aprendizagem. Além disso, a pesquisa destaca também o papel fundamental do docente para o sucesso dos alunos e é por meio deste argumento que os investimentos em educação impulsionam a economia do estado e reafirmam que a educação é o alicerce para uma sociedade mais igualitária, próspera e justa. Em resumo, a pesquisa conclui que programas de ações afirmativas podem dar retorno ao investimento na educação. A implementação de políticas públicas voltadas para a educação pode evitar a evasão, promover o processo de ensino e aprendizagem, estimular transformações sociais, mudanças culturais e encorajar o crescimento individual e, consequentemente, o coletivo. Tais atos impelem o soerguimento na qualidade de vida dos indivíduos, principalmente os alagoanos.

Palavras-chave: Investimentos. Educação Básica. Ensino Médio.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um dos principais pilares do desenvolvimento econômico e social de qualquer região. No estado de Alagoas, a educação tem sido um desafio constante, com indicadores de desempenho abaixo da média nacional conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). No entanto, nos últimos anos, o governo de Alagoas tem investido significativamente na educação, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e aumentar a taxa de conclusão do ensino fundamental e médio (Secretaria de Educação de Alagoas, 2022).

De acordo com estudos, o investimento na educação pode gerar retornos significativos em termos de crescimento econômico e desenvolvimento social (Hanushek & Wößmann, 2015). Além disso, a educação também pode ter um impacto positivo na redução da pobreza e da desigualdade (Todaro & Smith, 2015). No contexto de Alagoas, é fundamental avaliar o retorno do investimento na educação nos últimos anos, considerando os indicadores de desempenho e os resultados alcançados.

Como afirma Hanushek e Wößmann (2015, p.12), "a educação é um investimento fundamental para o desenvolvimento econômico e social de qualquer país". Além disso, Todaro e Smith (2015, p.15) destacam que "a educação é um direito humano fundamental e um componente essencial do desenvolvimento sustentável". Neste sentido, é fundamental avaliar o retorno do investimento na educação em Alagoas, para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz.

Este artigo visa analisar o retorno do investimento na educação em Alagoas de 2022 a 2024, considerando os indicadores de desempenho e os resultados alcançados. Utilizaremos dados do IBGE, do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria de Educação de Alagoas e de outras fontes, para avaliar o impacto do investimento na educação no estado. Além disso, também discutiremos as implicações políticas e sociais dos resultados, e apresentaremos recomendações para melhorar a eficiência e a eficácia do investimento na educação em Alagoas.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como tema o retorno dos investimentos na educação de Alagoas no ensino médio (2022-2024) e tem por objetivo discutir como se dá a devolutiva do investimento na educação básica do ensino médio de Alagoas. Tal estudo é descritivo e qualitativo com abordagem não experimental, pois segundo Campbell e Stanley (1963) "a pesquisa não experimental é aquela em que o pesquisador não controla as variáveis independentes" e apresenta como campo de estudo a educação.

O exame realizado aqui expressa-se como uma pesquisa bibliográfica, pois para Lakatos e Marconi (2017) "a pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa que utiliza fontes escritas, como livros, artigos e documentos, para coletar dados e informações"; desta forma, relata-se uma revisão de escritos já existentes. Em tempo, também apresenta um escopo nacional, principalmente estadual, visto que o conteúdo em questão é de interesse pleno da sociedade alagoana.

Conforme o supracitado, a pesquisa discorre acerca de alguns pontos relevantes para o desenvolvimento do tema que tratará de diversas nuances que compreendem as disparidades salariais e retornos diferentes para as instituições de ensino perante os investimentos governamentais. Outro fator em ênfase é a oportunidade de ingresso no ensino médio e superior para os alunos de baixa renda. No entanto, destacando-se o papel do docente, discutir-se-á acerca das disparidades salariais, bem como os diferentes retornos dos investimentos na educação para esta categoria profissional.

Em tempo, também será realizado o debate sobre os fatores adicionais que afetam o retorno dos investimentos educacionais. Para tal, exemplificamos com o exame de um caso específico da Escola Estadual Monsenhor Luís Carlos de Oliveira, localizada no município de Ibateguara, e também da Escola Estadual Professora Margarez Maria Santos Lacet, em Maceió, o que demanda também uma discussão sobre a evolução das políticas educacionais.

Por fim, serão discutidos os resultados obtidos e explanadas as conclusões logradas com o estudo. Com relação aos procedimentos de pesquisa, Kerlinger (1979) afirma que "os procedimentos de pesquisa são as etapas sistemáticas e lógicas que o pesquisador segue para coletar e analisar dados". Sob esta perspectiva, é possível salientar que não haverá coleta de dados; desta forma, o exposto aqui foi obtido por meio de uma pesquisa bibliográfica.

Em concordância com os aspectos éticos é possível perceber que as pesquisas devem perpassar por imparcialidade, objetividade, confiabilidade e veracidade. Neste ínterim, a ética na pesquisa é um compromisso contínuo, que requer reflexão crítica e ação responsável ao longo de todo o processo de estudo.

Cabe ainda salientar que os dados obtidos foram retirados de plataformas educacionais oficiais como: Secretarias de educação, Ministério da Educação e Cultura (MEC), dentre outras.

3 DISPARIDADES SALARIAIS E RETORNOS DIFERENTES

Um elemento preocupante que tem desestimulado as novas gerações a ingressarem nos cursos de licenciatura em todo o Brasil é a desigualdade salarial. Além disso, há o desgaste físico e mental que a referida profissão demanda. Soma-se a este fator a atenção constante para com os alunos, pais, gestão escolar e órgãos fiscalizadores a qual os professores precisam atentar. Um outro agravante no

país é o processo de desvalorização da profissão de professor pela qual a profissão tem passado. A docência parece ser irrelevante e vem sendo desvalorizada na sociedade.

Entre 2022 e 2024, as diferenças nos vencimentos dos docentes do ensino médio em Alagoas evidenciaram obstáculos significativos para a valorização dessa categoria. No ano de 2022, o piso salarial nacional para os professores foi fixado em R\$3.845,63, para 40h semanais. Contudo, diversas prefeituras alagoanas não aplicaram essa quantia, provocando uma estagnação nas carreiras do magistério.

O então presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL), Izael Ribeiro, ressaltou que tanto o governo estadual quanto as administrações municipais não efetuaram a devida recomposição das carreiras, gerando uma desvalorização profissional e, por conseguinte, uma redução na procura pelos cursos de licenciatura.

Em janeiro de 2023, o MEC divulgou um aumento de 14,95% no salário-base, elevando-o para R\$4.420,55. Contudo, nenhum município de Alagoas aplicou o novo valor na ocasião. O SINTEAL destacou que a não implementação do piso e a falta de ajustes nas carreiras provocaram uma expressiva defasagem salarial, ampliando as desigualdades entre os trabalhadores da educação no estado.

Neste mesmo ano, no mês de fevereiro, o governador Paulo Dantas decretou um reajuste de 15% no piso salarial dos professores em Alagoas, alinhando-se ao novo valor nacional. O reajuste foi implementado no salário de janeiro do referido ano. Todavia, uma pesquisa conduzida pelo Núcleo de Dados do Estado da Paraíba apontou que, mesmo após o aumento, Alagoas permanecia entre os estados com os salários mais baixos para docentes da rede pública no Nordeste. A remuneração oferecida era de R\$4.420,55 para profissionais com carga horária de 40 horas semanais, equivalente a uma média de R\$27,63 por hora trabalhada, abaixo da média regional de R\$29,61. Somente a Bahia apresentava um valor menor, com R\$24,04 por hora de trabalho.

Em junho de 2024, a administração estadual de Alagoas comunicou a quitação retroativa do Piso Nacional da Educação para 2.745 docentes, abrangendo tanto servidores ativos quanto aposentados. O valor atualizado do piso sofreu um acréscimo de 3,62%, passando de R\$4.420,55 para R\$4.580,57, com efeitos retroativos a janeiro de 2024. A secretária estadual de Educação, Roseane Vasconcelos, declarou que essa iniciativa evidenciava o comprometimento do governo com a valorização dos profissionais da educação.

Apesar desses progressos, as diferenças salariais continuaram. Em 2021, uma pesquisa feita pelo SINTEAL indicou que a remuneração média de um docente em Alagoas era de R\$2.550,29, aproximadamente 50% abaixo do valor recebido por um professor no Distrito Federal, que chegava

a R\$5.167,64. Embora os dados se refiram a 2021, eles evidenciam uma tendência de desvalorização que se manteve nos anos seguintes.

Em síntese, entre 2022 e 2024, os docentes do ensino médio em Alagoas enfrentaram dificuldades relacionadas às desigualdades salariais, resultantes da não aplicação total dos pisos nacionais e da ausência de ajustes nas carreiras. Embora tenham sido realizados aumentos e pagamentos retroativos, os salários dos professores alagoanos continuaram abaixo da média regional, destacando a urgência de políticas públicas mais eficientes para a valorização desses profissionais fundamentais para a educação.

4 RETORNOS DIFERENTES MEDIANTE INVESTIMENTOS GOVERNAMENTAIS

O retorno do investimento na educação é amplamente reconhecido como um dos mais significativos e duradouros, tanto em nível individual quanto coletivo. Para o indivíduo, a educação melhora habilidades, aumenta as oportunidades de emprego, eleva os salários e promove a mobilidade social. Estudos mostram que pessoas com maior escolaridade tendem a ganhar mais ao longo da vida e a experimentar maior estabilidade financeira.

No âmbito coletivo, o impacto é igualmente notável. Sociedades com maior nível educacional apresentam melhores índices de desenvolvimento humano, redução da pobreza, aumento da produtividade econômica e menor desigualdade social. Além disso, a educação contribui para a construção de uma cidadania ativa, promovendo inovação, coesão social e progresso sustentável.

Embora os benefícios da educação possam levar anos para se manifestar plenamente, o impacto positivo em termos econômicos, sociais e culturais comprova que o retorno do investimento é substancial e essencial para o desenvolvimento de indivíduos e sociedades. Como exemplo, o programa educacional que propõe a articulação entre as redes municipais e estadual de ensino para garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes da educação básica pública de Alagoas. Pode-se elencar alguns aspectos que foram otimizados com o Escola 10: o referido programa promove o acompanhamento pedagógico, a produção de material didático diversificado e avalia de perto o desempenho dos estudantes.

Conforme informações encontradas no site da Secretaria Estadual de Educação, “o município, a escola e os alunos com melhor desempenho são agraciados pelo Prêmio Escola 10” (ALAGOAS, 2023). Foi implementado tal programa para resolver situações como: baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), distorção idade x série e altos índices de analfabetismo. Alguns meios para a solução das problemáticas supracitadas foram: acompanhamento pedagógico, materiais didáticos, implementação de avaliações e incentivos financeiros.

4.1 OPORTUNIDADE DE INGRESSO NO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR PARA OS ALUNOS DE BAIXA RENDA

O aumento na oportunidade de ingresso no ensino médio e superior para os alunos de baixa renda vem sendo uma política implementada no ensino público. Educadores de escolas públicas percebem que muitos dos alunos são de origens humildes, cujos pais tiveram quase ou nenhum acesso à educação e poucos recursos para sobrevivência. Porém, estes alunos aproveitam o acesso que tem à educação e veem nela a possibilidade de mudar a sua realidade, da sua família e da sua comunidade.

Professores relatam que há casos de alunos que iam à escola/faculdade sem ter se alimentado por falta de comida em casa, mas que foram ajudados por professores e colegas. Esses alunos se destacaram por sua perseverança, chegando a concluir com louvor o ensino médio e superior. Como gratidão ao que lhes foi proporcionado, esses alunos devolvem à sociedade prestação de serviços com eficiência e qualidade.

O acesso ao trabalho proporciona melhores condições de vida, que refletem na moradia, alimentação e educação. Um exemplo específico que veiculado na mídia é de um aluno de origem indígena que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas durante o ensino médio, conseguiu concluir o curso, entrar na faculdade de Medicina, formar-se e voltar à sua comunidade para tratar da saúde daquela população carente.

4.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR

A formação continuada do professor perpassa pelo investimento de capital na formação contínua e oportuniza à sociedade a redução da pobreza com a possibilidade de melhores salários. Todavia, o desenvolvimento do currículo docente é de fundamental importância para atingir bons níveis de desenvolvimento social e econômico.

Nesse contexto, há de se observar também o fato a seguir: constata-se que profissionais que não detenham título de Mestre ou Doutor, por exemplo, ganham menos, embora do ponto de vista da prática profissional eles tenham uma experiência que poderia lhes garantir ter uma remuneração igual, ou superior, à daquele que possua o título o referido título.

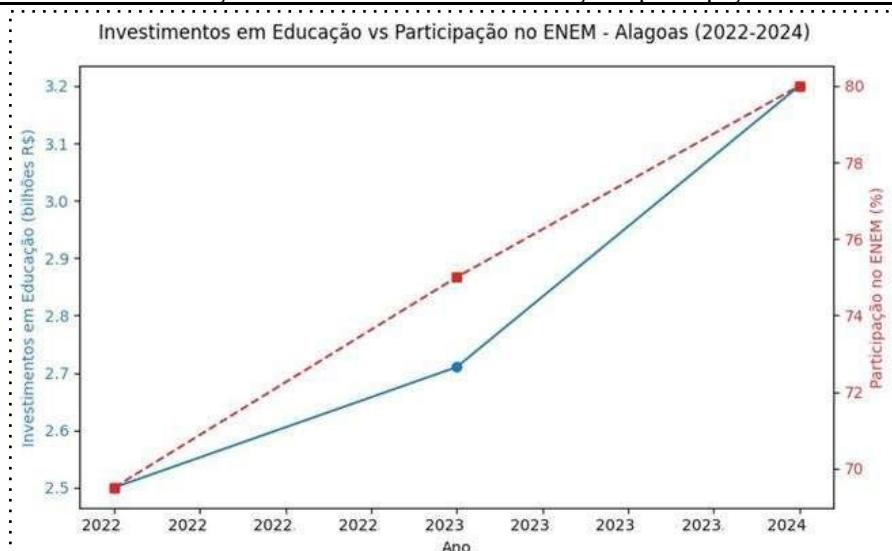
5 FATORES ADICIONAIS QUE AFETAM O RETORNO

O retorno do investimento em educação no estado de Alagoas entre 2022 e 2024 foi impactado por vários fatores adicionais que afetaram a eficácia e os resultados das políticas educacionais implementadas. Inicialmente, o aumento expressivo nos aportes financeiros teve um papel essencial.

Em 2023, o Governo de Alagoas destinou R\$2,71 bilhões à educação, o que representou um crescimento de 8,4% em comparação aos R\$2,50 bilhões aplicados em 2022. Esse acréscimo possibilitou a ampliação de programas educacionais, o aprimoramento da infraestrutura escolar e a valorização dos profissionais da educação.

O gráfico abaixo apresenta a relação entre investimentos em educação em Alagoas e a participação dos alunos no ENEM. Na linha contínua observa-se que o investimento aumentou de R\$2,50 bilhões em 2022 para R\$2,71 bilhões em 2023. A linha tracejada do gráfico demonstra que a participação dos alunos no ENEM subiu de 69,5% em 2022 para 75,0% em 2023, e depois para 80,0% em 2024. Esse crescimento indica um maior engajamento dos estudantes no exame, possivelmente devido a incentivos educacionais, maior conscientização ou novas políticas educacionais de apoio à educação.

Gráfico 1: Correlação entre investimentos em educação e participação no ENEM.



Fonte: INEP 2024; Microdados do ENEM, 2023.

Legenda:

Linha contínua: Investimentos.

Linha tracejada: Participação dos alunos no ENEM.

Vale salientar que a parceria entre o governo federal e o estadual foi essencial. Em 2023, o Ministério da Educação repassou R\$58,9 milhões para Alagoas, destinados a programas como Escola em Tempo Integral, Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e Escolas Conectadas. Esses fundos complementaram os investimentos estaduais, ampliando o alcance e a qualidade das ações educacionais.

Outro elemento importante foi a implementação de programas estruturantes, como o "Escola do Coração", que teve como objetivo a construção de 56 novas unidades escolares em diferentes

regiões do estado, beneficiando diretamente mais de 57 mil alunos. Essa expansão da infraestrutura escolar ajudou a diminuir a superlotação e proporcionou ambientes de aprendizagem mais adequados. A formação profissional dos professores também teve um impacto relevante. Investimentos em educação continuada e valorização salarial resultaram em educadores mais capacitados e motivados, refletindo positivamente na qualidade do ensino oferecido.

Por fim, a integração de tecnologias educacionais e a adoção de metodologias inovadoras ajudaram a aumentar o envolvimento dos estudantes e melhorar o desempenho acadêmico. A conectividade nas escolas, facilitada por programas como o "Escolas Conectadas", possibilitou o acesso a recursos digitais que enriqueceram o processo de ensino-aprendizagem. Em resumo, os investimentos financeiros, a cooperação intergovernamental, a ampliação da infraestrutura escolar, a qualificação dos professores e a integração de tecnologias educacionais foram fatores fundamentais que influenciaram o retorno do investimento em educação em Alagoas entre 2022 e 2024.

6 ANÁLISE DE CASOS ESPECÍFICOS

Por muitos anos, o estado de Alagoas figurou entre as unidades da federação com as piores avaliações no IDEB, além de registrar elevados índices de analfabetismo. No entanto, nos últimos anos, essa realidade tem passado por transformações significativas, com avanços notáveis nos indicadores educacionais.

Grande parte dessas melhorias pode ser atribuída ao aumento e à reorientação dos investimentos financeiros na educação, que têm se concentrado tanto na infraestrutura das escolas quanto na capacitação de professores, na implementação de tecnologias educacionais e na ampliação do acesso à educação de qualidade. Esse esforço tem gerado reflexos positivos no desempenho dos alunos e na redução das taxas de abandono escolar, indicando que Alagoas está no caminho certo para reverter seu histórico educacional e promover uma educação mais inclusiva e de qualidade para sua população.

Alagoas superou as metas estimadas para o IDEB 2023 em todos os níveis de ensino da educação básica. No ensino médio, especificamente, o IDEB passou de 3,6 em 2021 para 4,1. Uma nota próxima à média nacional do ensino médio, que é de 4,3. Graças a este resultado, Alagoas tem o 15º melhor IDEB do Brasil e o 4º do Nordeste.

Segundo informações obtidas no Portal Oficial do Governo de Alagoas, a Escola Estadual Monsenhor Luís Carlos de Oliveira (EEMLCO), de Ibateguara, está entre as melhores notas do ensino médio no IDEB. A unidade da Zona da Mata conquistou uma média 6,6 e, pela segunda vez

consecutiva, alcançou o melhor IDEB do ensino médio de Alagoas, superando inclusive o seu desempenho em 2021, quando pontuou 6,2.

Imagem 1: Sala de aula da EEMLCO.



Fonte: Site do governo de Alagoas, 2025.

De acordo com a gestora-geral da instituição, Raabe Bispo, o sucesso alcançado pela escola se deve à “priorização do estudante e ao investimento contínuo na formação docente”. Entre as ações que contribuíram para esse resultado, destacam-se o acompanhamento pedagógico individualizado, a formação docente realizada por meio do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) e a implementação de estratégias para garantir a frequência escolar dos alunos, como a busca ativa e visitas à comunidade.

No entanto, é importante reconhecer que tais iniciativas só se tornaram viáveis graças ao empenho dos gestores e docentes, que, além de se dedicarem ao desenvolvimento pedagógico, também contam com uma infraestrutura física adequada e com salários dignos. Para os alunos, também foram essenciais a oferta de merenda e material escolar de qualidade, elementos fundamentais para garantir um ambiente de aprendizagem mais eficaz e acolhedor. Essas condições, em conjunto com o compromisso dos profissionais da educação, têm sido cruciais para o progresso da instituição e para o sucesso dos estudantes.

Outro destaque no estado de Alagoas tem sido a superação de metas na participação e notas no ENEM. A rede estadual de ensino teve aumento de 11 pontos percentuais na participação de estudantes nos dois dias de provas do ENEM, em 2024. Dados levantados pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) apontam que, em comparação com a edição 2023, o número de participantes subiu de 69,5% em 2023 para 80% em 2024.

O aumento foi maior do que o registrado em Alagoas e no Brasil em 2024. No estado, a participação média nos dois dias subiu de 68,2% para 72,1%, representando um acréscimo de quase 4 pontos percentuais. Já no país, a taxa passou de 70% para 71,45%, um crescimento de 1,45 pontos percentuais.

Em 2024, o programa do Governo de Alagoas voltado para fortalecer a preparação dos estudantes da rede estadual alcançou resultados significativos. O Foca o ENEM distribuiu um milhão de cópias de material didático específico e promoveu 229 aulas abrangendo diversas áreas do conhecimento. Além disso, foram realizados 16 (dezesseis) “aulões” *online* e ao vivo, acessíveis a todas as escolas, alcançando 71.973 (setenta e uma mil, novecentas e setenta e três) visualizações.

Um levantamento preliminar da SEDUC revela que um número significativo de concluintes da rede estadual alcançou notas acima de 900 pontos. Entre eles está Anna Jhulia Ferreira, estudante da Escola Estadual Professora Margarez Maria Santos Lacet, no bairro Tabuleiro dos Martins, que obteve 960 pontos na redação sobre o tema “Desafios para a valorização da herança africana no Brasil”. Anna apresentou seu desejo de ser a primeira de sua família a ingressar no Ensino Superior e sonha com uma vaga no curso de Jornalismo na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Ela afirmou estar muito realizada com a nota que alcançou.



Fonte: Site da Secretaria de Educação de Alagoas, 2025.

O exemplo citado acima é apenas um dentro de inúmeros casos de sucesso no estado de Alagoas em relação às notas do ENEM. Isso é um reflexo direto do investimento na educação, promovendo uma educação de qualidade, com programas de valorização dos professores, construção de novas escolas e oferecimento de bolsas de estudo. Esses investimentos não apenas elevam o desempenho dos alunos, mas também impulsionam o potencial econômico e social do estado,

demonstrando que a educação é, sem dúvida, um dos pilares para o crescimento sustentável e para a transformação da realidade das populações mais vulneráveis.

7 CONSIDERAÇÃO DE FATORES EXTERNOS

O retorno do investimento na educação básica, especialmente no ensino médio em Alagoas, é impactado por uma série de fatores externos que podem tanto ajudar quanto prejudicar esse processo. Entre os fatores que ajudam podemos citar:

- a) As melhorias na infraestrutura das escolas, como a construção de novos prédios, modernização de equipamentos e acesso a tecnologias educacionais, facilitam o aprendizado e o desenvolvimento dos estudantes, aumentando as chances de um bom retorno do investimento;
- b) Os programas de formação continuada para professores e valorização da carreira docente contribuem para um ensino de melhor qualidade. Professores bem preparados e motivados têm um impacto positivo na aprendizagem dos alunos;
- c) As iniciativas de apoio financeiro aos estudantes de famílias de baixa renda, como programas de bolsas ou auxílios, ajudam a manter mais alunos na escola, reduzindo a evasão escolar e aumentando a qualidade do ensino;
- d) As parcerias com empresas e organizações não governamentais podem trazer recursos financeiros, materiais didáticos, programas extracurriculares e até mesmo mentorias para os estudantes. Isso fortalece o ambiente educacional e amplia as oportunidades de aprendizado;
- e) E as políticas públicas bem estruturadas voltadas para a educação, como a melhoria do salário dos professores, a ampliação de programas de transporte escolar e a distribuição de materiais didáticos, podem aumentar o retorno do investimento.

Neste sentido, percebemos que os fatores que ajudam no retorno do investimento na educação básica de Alagoas, especialmente no ensino médio, estão diretamente ligados à melhoria das condições de infraestrutura, à qualificação dos professores, ao apoio financeiro e à implementação de políticas públicas eficazes. Investimentos nessas áreas criam um ambiente mais propício para o aprendizado, favorecendo a permanência dos alunos na escola e, consequentemente, ampliando as chances de um futuro mais promissor para os jovens da região. Essas ações contribuem para a construção de uma educação de qualidade, impactando positivamente no desenvolvimento social e econômico do estado.

Já no que diz respeito aos fatores que prejudicam o investimento na educação do estado de Alagoas, encontram-se:

- a) A desigualdade social, que pode afetar negativamente o desempenho dos estudantes. Muitos alunos enfrentam dificuldades financeiras, falta de acesso a recursos de aprendizado e problemas familiares, o que dificulta seu desempenho acadêmico;
- b) A falta de investimentos em algumas regiões, em especial, pequena cidades do estado. Escolas com instalações precárias, falta de internet, equipamentos e materiais pedagógicos adequados dificultam o ensino de qualidade;
- c) A evasão escolar, muitas vezes causada por fatores econômicos ou falta de motivação, prejudica o retorno do investimento. Quando os alunos abandonam a escola antes de completar o ensino médio, o investimento na sua educação não se traduz em resultados efetivos;
- d) A má gestão dos recursos públicos destinados à educação e a falta de fiscalização sobre a utilização desses recursos podem resultar em desperdício ou mal uso do orçamento, o que compromete o retorno do investimento;
- e) A violência nas escolas e em seus arredores pode afetar a qualidade do ensino, desmotivar alunos e professores, e até mesmo provocar evasão escolar. A insegurança prejudica o ambiente educacional e dificulta o processo de aprendizagem;
- f) A falta de envolvimento das famílias e da comunidade nas questões educacionais pode prejudicar o desenvolvimento do estudante. A educação é mais eficaz quando é apoiada e valorizada por todos os atores sociais.

Os obstáculos apresentados acima reduzem a eficácia das políticas educacionais e impedem que os alunos tenham acesso pleno aos benefícios de uma educação de qualidade, limitando suas oportunidades futuras e afetando negativamente o progresso social e econômico do estado.

Esses fatores externos, positivos ou negativos, têm um impacto direto no retorno dos investimentos feitos na educação básica. Para maximizar esse retorno, é crucial que as políticas públicas integrem soluções para os problemas estruturais e sociais da região.

8 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O Plano Estadual de Educação (PEE) de Alagoas é um documento que estabelece metas e diretrizes para a educação no estado e é refeito a cada 10 anos. O documento que se encontra em vigor atualmente é o que compreende o período de 2015 a 2025. A proposta seguiu os preceitos

estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação (PNE) vigente à época e estabeleceu um total de 20 metas a serem alcançadas no final do período.

Entre as diretrizes do plano estadual, constam a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública. No que concerne ao ensino médio, as metas estabelecidas foram:

- § universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para, no mínimo, 53% (cinquenta e três por cento) no 3º ano, 69% (sessenta e nove por cento) no 6º ano e 85% (oitenta e cinco por cento) no 9º ano de vigência deste PEE.
- § oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.
- § fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

Tabela 1: Metas a serem alcançadas.

	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: Alagoas, Plano Estadual de Educação, 2015.

- § oferecer no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Estado de Alagoas, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até o final da vigência deste plano.
- § triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Com o objetivo de atingir as supracitadas metas, o governo de Alagoas instituiu dois programas para incrementar o ensino médio no estado: o Programa Alagoano de Ensino Integral (PALEI) e o Programa Escola 10, este associado com o Programa Professor Mentor.

O PALEI foi instituído em 2015 pela SEDUC de Alagoas. O programa foi lançado a partir de um projeto-piloto na Escola Estadual Marcos Antônio, em Maceió e estabelecido pelos decretos nº

40.207 de 20 de abril de 2015 e nº 50.331 de 12 de setembro de 2016. Em 23 de julho de 2024, a Lei 9.341/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, institucionalizou o PALEI como política permanente.

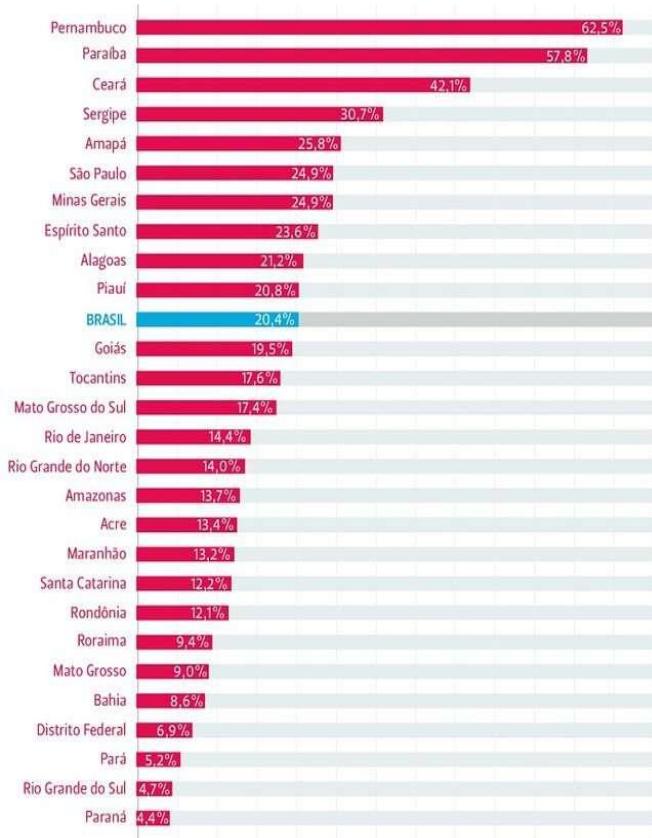
O objetivo do PALEI é garantir uma educação de qualidade para os estudantes do ensino médio, preparando-os para serem cidadãos críticos, autônomos e competentes. As principais características do programa são: jornada de estudos de 7 ou 9 horas, currículo com uma formação mais ampla, atividades que fortalecem a aprendizagem, valorização da diversidade, promoção do acesso a diferentes áreas como cultura, esporte e informação e envolvimento das famílias e da comunidade no processo educativo.

Segundo a atual secretaria de educação do estado de Alagoas, Roseane Vasconcelos, o PALEI é uma das ações estaduais mais bem-sucedidas, contribuindo não apenas para a melhoria de índices educacionais como o IDEB, bem como para a aprovação de estudantes no ENEM, conforme informações obtidas no Portal Oficial do Governo de Alagoas. A meta atual é expandi-lo ainda mais nos próximos dois anos, por meio do programa ‘Escola do Coração’, onde serão construídas mais 56 unidades de ensino em diversas regiões do estado.

O número de escolas alagoanas que oferecem educação em tempo integral é de 618 (seiscentos e dezoito), ou 26,9% do total das escolas públicas do estado. As informações são do Censo Escolar 2022 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). O número de matrículas registradas na modalidade integral no ano passado foi de 113,8 mil, ou 19,1% do total em Alagoas.

Embora ainda tenha um caminho longo a ser percorrido, o estado vem registrando um número crescente de atenção ao ensino integral. Na comparação entre 2021 e 2022, no ensino médio o salto foi de 19,9% para 21,2% de um ano para o outro, ficando um pouco acima da média nacional de 20,4%.

Gráfico 2: Proporção de alunos em tempo integral matriculados no ensino médio da rede pública de Alagoas.



Fonte: Inep/Censo Escolar, 2022.

O Programa Escola 10, por sua vez, foi instituído em Alagoas em 2018 e propõe a articulação entre as redes municipais e estadual de ensino para garantir os direitos de aprendizagem e reduzir a evasão de estudantes da Educação Básica pública de Alagoas.

No ano de 2022, como parte do Programa Escola 10, foi criado o Programa Bolsa Escola 10. Este inclui o Cartão Escola 10, que concede benefícios financeiros, em forma de bolsa mensal, aos estudantes do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para os que estudam em regime parcial, o valor mensal é de R\$100,00. Já para os alunos da modalidade integral, o valor é R\$150,00. Ao concluir o ensino médio, os estudantes recebem o valor de R\$2.000,00.

O conjunto de ações do Programa tem como objetivos garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados em Língua Portuguesa e Matemática até o final do 3º ano do ensino fundamental, reduzir os índices de alfabetização incompleta, letramento insuficiente e a distorção idade-série na Educação Básica, aumentar o IDEB e construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes na Educação Básica.

Desde a sua implementação, as ações do Escola 10 tem envolvido a mobilização de uma estrutura de apoio, incentivo e colaboração entre os responsáveis pela educação pública no estado,

como: apoio a redes e docentes, com formações continuadas aos professores, produção de materiais didáticos, avaliações periódicas para acompanhar de perto o desenvolvimento dos alunos, premiações e incentivos financeiros para escolas que melhoraram o desempenho e atingiram as metas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. Conforme a figura 3, várias leis, decretos e portarias foram instituídos desde a implementação do programa.

Figura 3: Principais leis e decretos do Programa Escola 10.

PRINCIPAIS LEIS E DECRETOS DO ESCOLA 10

Decreto n.º 51.237/2016: cria o Prêmio de Qualidade da Educação Municipal Professor Ib Gatto Falcão, destinado a laurear as escolas públicas municipais com melhor desempenho no Ideb de cada município.

Portaria/SEDUC n.º 3.537/2018: regulamenta, no âmbito da Educação, o prêmio de Qualidade da Educação Municipal Professor Ib Gatto Falcão, prevendo o total de R\$ 20 mil a ser repassado para aquisição de material de custeio da unidade de ensino contemplada.

Lei n.º 8.048/2018: institui o Programa Escola 10 e define as diretrizes gerais, transformando-o em política pública de Estado.

Portaria/SEDUC 1.693/2018: estabelece os procedimentos, requisitos mínimos e critérios a serem considerados para a seleção de profissionais efetivos da rede pública estadual, que devem atuar como Articuladores de Ensino.

Lei n.º 8.171/2019: cria o Prêmio Escola 10 e autoriza o Poder Executivo Estadual a premiar os municípios que alcancem as metas estabelecidas pela Seduc com base no Ideb. Estabelece, ainda, premiação no valor de R\$ 20 milhões, dos quais R\$ 10 milhões para os anos iniciais e R\$ 10 milhões para os anos finais do Ensino Fundamental. Esses recursos são transferidos aos municípios e podem ser investidos em qualquer área de atuação do serviço público.

Lei n.º 8.224/2019: cria a bonificação decorrente do alcance de metas do Ideb, que beneficia tanto os servidores das unidades escolares estaduais, quanto aqueles lotados na Seduc e nas Gerências Regionais de Educação.

Portaria/SEDUC n.º 479/2019: estabelece os procedimentos para a seleção de docentes das redes municipais de ensino para exercer, como bolsista, a função de Articulador de Ensino nas Secretarias Municipais de Educação e nas escolas das redes municipais.

Decreto n.º 77.208/2022: que instituiu o programa bolsa escola 10.

Fonte: Site da Secretaria de Educação de Alagoas, 2025.

O Programa Escola 10 se consolidou como o maior programa de combate à evasão escolar do país. Ele representa um investimento na rede estadual de educação de cerca de R\$585 milhões até agora e também serviu como inspiração para o lançamento do Programa Pé-de-Meia, de abrangência nacional e promovido pelo Governo Federal.

Muitas conquistas da educação de Alagoas foram se concretizando com o Cartão Escola 10, com destaques nacionais, como o aumento do IDEB, que passou de 3,6 em 2021 para 4,1 em 2023; o aumento da nota do SAEB, que colocou Alagoas como o segundo estado que mais se destacou nacionalmente; e o auxílio para Alagoas bater as metas do PNE. Esse aumento mostrou que no decênio 2014-2024, o estado melhorou em segmentos como ensino integral e EJA. Além disso, o programa recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação 2023, uma iniciativa da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

9 RESULTADOS

A presente pesquisa buscou investigar o retorno dos investimentos efetivados no ensino médio em Alagoas durante o período de 2022 a 2024. A justificativa da escolha do tema reside na relevância de discutir a implementação de ações afirmativas que visam diminuir a evasão e alavancar o processo de ensino e de aprendizagem. Dessa forma, os resultados mostram que a disparidade salarial entre docentes é um problema crônico no Brasil. Em Alagoas, o salário inicial de um docente para 40h semanais é de R\$5.501,43, enquanto no Mato Grosso do Sul é de R\$12.380,66 para a mesma carga horária. Essa discrepância nas remunerações é um dos principais desafios enfrentados pela educação em Alagoas.

Além disso, a pesquisa conclui que os investimentos governamentais na educação básica podem ter diferentes empregos e retornos. Fatores como empatia na resolução de problemas, solvência de demandas relativas à infraestrutura, materiais didáticos em quantidades suficientes e uma merenda adequada são primordiais para uma crescente melhoria nos resultados educacionais.

Outro fator importante a ser destacado, converge para a oportunidade de ingresso no ensino médio e no superior para alunos de baixa renda. É sob a luz do avanço na educação do cidadão que o governo, em especial, o estado de Alagoas deve investir, cada vez mais, em programas educacionais análogos ao Escola 10, Professor Mentor e Escolas Conectadas.

É importante frisar que, apesar dos investimentos realizados, faz-se necessário promover fiscalizações sobre quem e como está recebendo os incentivos para que novos investimentos possam ser efetivados com mais eficácia.

Diante do exposto, a pesquisa destacou também o papel exercido pelo docente para o sucesso dos alunos. Além disso, a pesquisa também analisou a relação entre os investimentos em educação e o desenvolvimento econômico do estado. Os resultados mostram que os investimentos em educação têm um impacto positivo no desenvolvimento econômico do estado, pois contribuem para a formação de uma mão de obra qualificada e para o aumento da produtividade.

Em síntese, a pesquisa conclui que programas de ações afirmativas podem dar retorno ao investimento na educação. A fundamentação de políticas públicas direcionadas para a educação pode evitar a evasão e promover o processo de ensino e aprendizagem, desde que haja um acompanhamento mais efetivo do rendimento do aluno que recebe a bolsa.

Além disso, é importante destacar que a educação é um direito fundamental e que o Estado tem a responsabilidade de garantir que todos tenham acesso a um ensino de qualidade. É necessário que os governos, a sociedade e as instituições educacionais trabalhem juntos para garantir que os investimentos nesta área sejam eficazes e aplicados com responsabilidade.

10 DISCUSSÃO

A pesquisa em questão trata de uma temática referente ao retorno do investimento na educação básica de Alagoas no ensino médio, com um recorte temporal que compreende os anos de 2022 a 2024. Como justificativa para tal período, tem-se a implementação dos Programas Escola 10 e Professor Mentor, ambos iniciados em 2022, que visavam a evolução educacional nos âmbitos da diminuição da evasão e no avanço da aprendizagem no Estado de Alagoas.

O estudo em questão tratou das disparidades salariais, dos retornos diferentes para as instituições de ensino perante os investimentos governamentais, da oportunidade de ingresso no ensino médio e superior para os alunos de baixa renda, do papel do docente, das disparidades salariais, bem como os diferentes retornos dos investimentos na educação.

A pesquisa refletida aqui foi de caráter bibliográfico; pois, para a temática não coube uma pesquisa de campo. Sob esta perspectiva situacional, cabe salientar que a disparidade salarial entre os docentes é um problema crônico no Brasil. Em Alagoas¹, o salário inicial de um docente (40h semanais) é de R\$5.501,43, enquanto no Mato Grosso do Sul, para a mesma carga horária, o salário corresponde a R\$12.380,66.

Depreende-se que os investimentos governamentais na educação básica podem ter diferentes empregos, o que pode trazer retornos diferentes para as instituições de ensino. De forma análoga ao investimento no salário dos professores, cabe destacar que fatores como a gestão, a infraestrutura, a disponibilidade de materiais didáticos e a vontade política também são relevantes para a melhoria nos resultados educacionais e o consequente retorno do investimento.

Ademais, é possível compreender que a oportunidade de ingresso no ensino médio e superior é um fator crucial para os alunos de baixa renda. É com a intencionalidade de incentivar o acesso e a permanência dos alunos carentes que o Estado de Alagoas investe nos programas educacionais, inclusive, incentivando-os a realizarem a prova do ENEM, atrelando este ato ao pagamento de uma bolsa de conclusão no valor de R\$2000,00.

Nessa concepção e no ímpeto de lograr êxito se constrói o papel do docente como um fator fundamental para o sucesso dos alunos. É possível compreender que os investimentos impulsionam a economia do estado, reafirmando que a educação é o alicerce para a construção de uma sociedade mais igualitária, próspera e justa.

Em tempo, pode-se compreender que programas de ações afirmativas podem dar retorno no investimento da educação. Desta maneira, quanto maior for a implementação de políticas públicas voltadas para a educação que tenham a finalidade de evitar a evasão e promover o processo de ensino

¹ Segundo informações divulgadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL).

e aprendizagem, maior será a devolutiva que o estado terá. Em síntese, transformações individuais causam transformações sociais e estas desencadeiam mudanças culturais e melhorias na qualidade de vida dos indivíduos.

11 CONCLUSÃO

O retorno do investimento na educação básica em Alagoas é um tema complexo e multifacetado, que envolve aspectos econômicos, sociais e políticos. Neste artigo, analisamos os dados e as tendências relacionadas ao investimento na educação básica em Alagoas, e concluímos que o retorno do investimento é significativo, mas ainda há muito a ser feito para melhorar a qualidade da educação no estado.

Como afirma Hanushek e Wößmann (2015), "a educação é um investimento fundamental para o desenvolvimento econômico e social de qualquer país" (p. 12). Além disso, a educação básica é fundamental para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e comprometidos com a transformação social (Freire, 2011).

Nossa análise dos dados mostrou que o investimento na educação básica em Alagoas tem aumentado nos últimos anos, mas ainda há uma grande disparidade entre as escolas públicas e privadas (IBGE, 2022). Além disso, a taxa de conclusão do ensino fundamental e médio em Alagoas é ainda baixa, especialmente em áreas rurais e periféricas (INEP, 2022). Como destaca Todaro e Smith (2015), "a educação é um direito humano fundamental e um componente essencial do desenvolvimento sustentável" (p. 15). Portanto, é fundamental que o governo de Alagoas e a sociedade civil trabalhem juntos para melhorar a qualidade da educação básica no estado, aumentando o investimento em infraestrutura, formação de professores e recursos pedagógicos.

Para finalizar, o retorno do investimento na educação básica em Alagoas é significativo, mas ainda há muito a ser feito para melhorar a qualidade da educação no estado. É fundamental que o governo e a sociedade civil trabalhem juntos para aumentar o investimento em educação, melhorar a infraestrutura e a formação de professores, e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Plano Estadual de Educação. Estado de Alagoas. Secretaria de educação, 2015.

ALAGOAS. Portal Oficial do Governo de Alagoas. Notícia, 2024. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/escola-estadual-esta-entre-os-20-melhores-idebs-do-ensino-medio-do-brasil>. Acesso em 29 jan. 2025.

ALAGOAS. Portal Oficial do Governo de Alagoas. Notícia, 2025. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/enem-2024-rede-estadual-de-ensino-supera-metas-de-participacao-e-desempenho>. Acesso em 29 jan. 2025.

ALAGOAS. Portal Oficial do Governo de Alagoas. Notícia, 2024. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/retrospectiva-avancos-historicos-marcam-a-educacao-alagoana-em-2024>. Acesso em 30 jan. 2025.

ALAGOAS. Programas estratégicos do governo de Alagoas: Escola 10. Maceió-AL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2023.

ALAGOAS. Programa Alagoano de Ensino Integral: aprovado pelo Decreto nº 40.207, de 20 de abril de 2015.

ALAGOAS. Programa Alagoano de Ensino Integral: reestruturado pelo Decreto nº 50.331, de 12 de setembro de 2016.

ALAGOAS. Lei nº 9.341 de 23 de julho de 2024. Institui o Programa Alagoano de Ensino Integral em tempo integral – PALEI, no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Estado de Alagoas, e dá outras providências.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Microdados do ENEM. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem>. Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Anúncio de reajuste no piso salarial dos professores em 2023. Brasília: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Investimentos em Educação em Alagoas impulsionam avanço do Ideb na rede estadual e municipal, revela levantamento da Sefaz. A Notícia Alagoas, 2024. Disponível em: https://anoticiaalagoas.com.br/2024/09/06/investimentos-em-educacao-em-alagoas-impulsionam-avanco-do-ideb-na-rede-estadual-e-municipal-revela-levantamento-da-sefaz/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 28 jan. 2025.

CAMPBELL, D. T.; STANLEY, J. C. Experimental and Quasi-Experimental Designs for Research. Chicago: Rand McNally, 1963.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Paz e Terra, 2011.

HANUSHEK, E. A., & WÖBMANN, L. *The knowledge capital of nations: Education and the economics of growth.* MIT Press, 2015.

IBGE. Censo Demográfico 2022. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2022.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: EPU, 1979.

LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

PARAÍBA. **Núcleo de Dados do Estado da Paraíba**. Levantamento sobre os salários dos professores no Nordeste. João Pessoa: Núcleo de Estatísticas e Pesquisas Educacionais, 2023.

Secretaria de Educação de Alagoas. **Plano Estadual de Educação**. Seduc, 2022.

SINTEAL. **Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas**. Posicionamento sobre a implementação do novo piso salarial em Alagoas. Maceió: Sinteval, 2023.

SINTEAL. **Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas**. Tabela salarial 2024. Disponível em: <https://www.sinteval.org.br/wp-content/uploads/2024/06/TABELAsalarialEstadual2024pro.pdf> Acesso em: 29 jan. 2025.

Todaro, M. P., & Smith, S. C. **Economic development**. Pearson Education, 2015.